

UTOPIA DA VIDA RELIGIOSA NO BRASIL PÓS-MODERNO À LUZ DO TERMO PERICÓRESE

As palavras coligidas neste artigo reproduzem, em sua maioria, a minha fala na Semana Teológica da Pós Graduação da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção no dia 26 de outubro de 2004. Aos colegas da área de Sistemática, aos de Teologia Prática e ao Prof^o Dr. Edécio Ottaviani pela oportunidade, pela presença e propícias intervenções, expresso minha gratidão.

Prof. Ms. Célio Ribeiro

RESUMO

No Brasil pós-moderno a lógica do "consumo, logo existo" é a que prevalece. O número de consagrados que se tornaram objetos de um sistema realmente consumista é imenso. Este sistema tem consumido as vidas desses homens e mulheres. Nesta era, considerando-se a economia atual, as palavras família e comunidade viva tornaram-se antiquadas. Aqueles que adotaram a comunidade viva como profissão já se decidiram pela mesma lógica e sistema. A pobreza, a obediência e a castidade estão relegadas a um segundo plano. Comunidades vivas são agora estruturadas nos moldes multinacionais.

Palavras-Chave: Pericórese, Comunidade, Vida.

ABSTRACT

In the posmodern Brazil the "consumo, ergo sum" logic is what prevails. The number of voters who have become objects of a really consuming system is huge. This system has been consuming the lives of these men and woman. In this era the word family and community live have become old fashioned considering nowadays economy. Those who have adopted the community live as profession have already decided for the same logic and system. The poverty, obedience and purity are now forgotten to second plans. Community lives are now framed in multinationals patterns. Voters of communities live now as shareholders. They pronounce poverty, obedience and purity, they take over the responsibility of having nothing of their own, however, because of their votes, they make use of all the patrimony of the community. This paper has as an objective to contribute with the meditation and comprehension of the Pericorese and the Community Live, to thing about it in dialogue with the history and economy later on.

Key-Words: Pericórese, Community, Live.

INTRODUÇÃO

O Brasil enquanto colônia – *pré-moderno* – foi estritamente teocêntrico e frágil em liberdade, englobando o período de 1530 - 1789. Nesse período vigorou uma estrutura religiosa amasiada com a política colonialista. Assim, foi inevitável a produção de severas ideologias totalitárias e a quebra de diversos ecossistemas. Este período da história do terreiro brasileiro findou com a implantação de uma política modernista iluminada pelos ideais da Revolução francesa (1789) – *igualdade, fraternidade e liberdade* – que propiciaram ainda mais uma escalada disputa por poder e capital. Disso resultou os diversos movimentos por independência e modernidade, originando o que defino enquanto Brasil moderno, ou seja, a transição de um Brasil teocêntrico para a constituição de uma nação antropocêntrica. Esse fenômeno foi marcante no período de 1789 – 1947, da articulação dos movimentos – *Inconfidência mineira e Conjuração baiana* – favoráveis à independência política e, parcialmente econômica, até a conquista de espaço no mercado internacional. A partir da modernidade, o Brasil começou a caminhar em direção a um novo período de sua história: eis ao vivo e em cores um Brasil pós – moderno.

O Brasil pós – moderno é um novo período de sua história que apresenta suas características pela revolução pós – industrial. É tempo de ciborgues que assumem funções que eram exclusivamente dos humanos. As grandes transformações permitem falar de um Brasil inserido na aldeia global. Diferente das revoluções agrícola e industrial, máquinas inteligentes administram e produzem em maior escala, com maior eficiência e sem exigir direitos trabalhistas. As conexões permitem experiências virtuais e até místicas. O “*não conectado*” está excluído! A biotecnologia e a manipulação genética rompem todos os limites. Emprego e salário começam a entrar em extinção. O contrato social getulista da modernidade industrial não funciona mais. O poder estatal passa a ser ridicularizado. Há uma crise de civilização e mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e também religiosas.

A pós – modernidade chegou se apresentando como tempo de pós – cristianismo. O subjetivismo narcisista ganha ênfase paralelamente ao cibercentrismo. Tudo se compra, tudo se vende. Toda experiência pode se tornar mercadoria, inclusive e sobretudo a experiência religiosa. Por isso, o autor acolhe o desafio de falar do Deus dos cristãos nesse contexto, resgatando o termo pericórese para convocar a Vida Consagrada e seus seguidores à contemplação do mistério da Santíssima Trindade.

Todavia, contemplação aqui não deve ser entendida enquanto cumprimento de preceitos, ou seja, aqueles encontros forçados nas matinais de alguns ambientes dos institutos de Vida Consagrada, mas enquanto momento de beber da fonte da revelação de Deus, Santíssima Trindade com sabor de pericórese.

1. APROXIMAÇÃO DO MISTÉRIO DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Diante do mistério radical e absoluto da Santíssima Trindade, o uso da linguagem será sempre aproximativa e figurativa. As expressões “causa”, com referência ao Pai, “geração”, com relação ao Filho e “espiração”, concernindo ao Espírito Santo ou ainda “processões”, “missões”, “natureza”, “pessoas”, “substância” e “comunidade” são analógicas ou descritivas e não visam ser explicações causais, num sentido filosófico. A tentativa é apresentar a diversidade e a comunhão existente na realidade divina. O autor faz uso da terminologia que a tradição consagrou, ou seja, procura fazer a experiência do *auditus fidei* para iniciar o processo de *intellectus fidei*. Na história a Tradição consagrou

três produções teológicas clássicas envolvendo a Santíssima Trindade, Go'el dos cristãos.

1.1. TEOLOGIA CLÁSSICA GREGA

A teologia trinitária grega parte do Pai, tido como fonte e princípio de toda divindade. Do Pai há duas saídas: o Filho pela geração e o Espírito pela processão. O Pai comunica toda sua substância (Hipóstase, substância que não faz parte de um todo. É a substância individual, completa, existente em si e por si em eterna comunhão.) ao Filho e ao Espírito Santo, por isso são consubstanciais ao Pai e igualmente Deus. O Pai constitui também a Pessoa do Filho e do Espírito Santo num processo eterno. Esta teologia corre o risco de ser entendida como subordinacionismo¹. Teve como principais representantes:

1.1.1. Irineu de Lião

Exímio teólogo do século II, possivelmente caiba ao mesmo a honra de ter sido o primeiro a formular sistematicamente a fé cristã. Irineu considera o Filho gerado e não criado, deixando de explicar o mistério. Sua tese de recapitulação de todas as coisas em Cristo constitui o eixo de sua teologia, ou seja, Cristo se fez humano para divinizar a humanidade, restaura o humano, "imagem e semelhança do Criador. Nada sabemos de certo dos últimos dias da vida deste Santo. A notícia de que Irineu sofreu o martírio surge, pela primeira vez nas obras de Gregório de Tour².

1.1.2. Orígenes (185 – 253)

É o sábio mais fecundo da antigüidade cristã. Para Orígenes, a onipotência e bondade de Deus nunca podem ficar sem um objeto para sua atividade. Numa eterna emanção, o Filho sai do Pai, e do Filho procede o Espírito Santo. Quanto às relações das Três Pessoas em Deus, chegou a aderir ao subordinacionismo. Embora defenda a divindade do Filho, Orígenes acentua

também sua inferioridade. Foi o primeiro a utilizar o termo homousios (consubstancial), termo que fez carreira nas controvérsias dogmáticas. Disso resultou a expressão dogmática Nicena-constantinopolitana³, definindo o dogma homousiano, afirmando a igualdade de natureza entre o Pai e o Filho⁴.

1.1.3. Tertuliano

Faz a exposição pré-nicena mais nítida da doutrina da Trindade. Em sua obra *Adversus Praxean*, surge pela primeira vez os termos "Trindade" e "Pessoa". Para o mesmo, o Pai possui a plenitude da divindade (toda substância); o Filho apenas uma parte. O Filho procede do Pai como o raio se irradia do Sol. Foi ele quem abriu caminho para a expressão dogmática cristológica da união hipostática das duas naturezas de Jesus Cristo. Os milagres de Jesus revelam sua divindade, os sentimentos e a paixão sua humanidade. Provavelmente, Tertuliano faleceu em 220⁵.

1.2. TEOLOGIA CLÁSSICA LATINA

A teologia trinitária latina parte da natureza (Substância única, é a arch e união em Deus) divina, igual nas Três Pessoas. Esta natureza divina é espiritual, por isso possui um dinamismo interno. O espírito absoluto é o Pai, a inteligência é o Filho e a vontade o Espírito Santo. Os Três se apropriam de modo distinto da mesma natureza. O Pai sem princípio, o Filho por geração do Pai e Espírito Santo espirado pelo Pai e pelo Filho. Os Três estão na mesma natureza. são consubstanciais e por isso são um só Deus. O concílio ecumênico lateranense IV expressou a teologia dogmática latina⁶. Esta teologia corre o risco de ser entendida como sabelianismo ou modalismo⁷. Teve como grandes representantes:

1.2.1. Agostinho de Hipona (354 – 430)

⁴ Ibidem, 212.

⁵ Ibidem, 156 – 170.

⁶ Cf. DS 800 – 801.

⁷ Sabelianismo é a heresia de Sabélio, século III, segundo a qual o Filho e o Espírito Santo seriam simples modos de manifestação da divindade e não Pessoas distintas. Também pode ser denominada de modalismo, doutrina que apresenta a Trindade como três modos de ver humanos do único e mesmo Deus, ou então três modos (máscaras) do mesmo e único Deus se manifestar aos seres humanos; Deus não seria Trindade em si, seria estritamente um e único. Com os avanços do sabelianismo, o papa Calisto excomungou Sabélio. Cf. FRANGIOTTI, R. *História das heresias*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 48 – 51.

¹ Subordinacionismo é a heresia de Ário, século III, segundo a qual o Filho e o Espírito Santo estariam subordinados, em relação desigual, ao Pai, não possuindo de forma idêntica a mesma natureza; ou então seriam criaturas excelsas, mas apenas adotadas (adocionismo) pelo Pai em sua divindade. O Concílio de Nicéia, em 325, condenou o arianismo. Cf. FRANGIOTTI, R. *História das heresias*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 76 – 94.

² Cf. ALTANER, B. e STUDIER, A. *Patrologia*. São Paulo: Paulinas, p. 119 - 125.

³ Cf. DS 150.

O tratado da Trindade de Agostinho é uma obra de maturidade, longamente meditada (de 388 – 419), interrompida e retomada. Até o livro VII expõe de forma árida o dogma trinitário. Agostinho investiga a Trindade, que é Deus, nas realidades eternas, incorpóreas e imutáveis, cuja perfeita contemplação será a vida bem-aventurada que não pode ser senão eterna, e que nos é prometida. Para ele, a existência de Deus não é proclamada somente pela autoridade dos livros santos, mas por toda a natureza, inclusive a comunidade criada a imagem e semelhança do Criador. Essa questão pode ser encontrada mais precisamente no Livro VI, em que o Santo ressalta que sua sabedoria é uma substância incorpórea e uma luz que permite que se veja o que os nossos olhos carnis não conseguem ver. Após refletir acerca de algumas passagens de Paulo sobre a palavra espelho (1Cor 13, 12; 2Cor 3,18), afirma:

“(...) Devido à semelhança imperfeita, como dissemos, diz-se que o homem é à imagem e nossa, para que o homem fosse imagem da Trindade, não igual à Trindade como o Filho é igual ao Pai, mas aproximativa, conforme já se disse, em certa semelhança. O mesmo acontece com relação a coisas que dizemos ser vizinhas, não pelo lugar, mas por certa imitação... Dissemos em outro lugar que os diferentes nomes aplicados a cada uma das três pessoas na Trindade, traduzem relação recíproca, tais como: Pai e Filho e o Dom de ambos, o Espírito Santo. Com efeito não se pode dizer que o Pai é a Trindade, ou que o Filho é a Trindade, nem o Dom ser a Trindade. O que é dito, porém, de cada um dos três em relação a si mesmo, é dito não no plural, mas no singular, pois é referente a uma única realidade: a própria Trindade... Não são três deuses, três bons ou três onipotentes, mas um só Deus”⁸.

A partir do livro VIII, procura os sinais de Deus na criação e na estrutura

⁸ Cf. AGOSTINHO, Santo, bispo de Hipona, 354-430 dC. *A Trindade* [Tradução do original latino e introdução de Augustinho Belmonte]. São Paulo: Paulus, 1994, p. 258 – 259.

ternária do homem, que traz em si seu movimento, que é seu princípio e seu fim. Agostinho se lança na investigação da verdade, porém, curva-se perante o mistério ao perceber os limites da pesquisa humana, buscando sempre mais corrigir os resultados de suas descobertas.

1.2.2. Tomás de Aquino (1224 – 1274)

A teologia tomista da Santíssima Trindade completa a obra agostiniana. Preserva o caráter divino e consubstancial das Três Pessoas, aprofundando as formas distintas de uma prover da outra, analisa as relações reais entre elas. Neste tópico complementa Agostinho que não afirma claramente que as relações eram substanciais. Diz o santo:

“(...) é necessário admitir em Deus somente Três Pessoas. Pois como demonstramos, várias pessoas supõem várias relações subsistentes entre si realmente distintas”. Na Trindade há três relações: a paternidade, a filiação e a processão. “Chamam-se propriedades pessoais, sendo como pessoas constituintes: a paternidade do Pai é a Pessoa do Pai, a filiação a do Filho e a processão é a do Espírito Santo procedente”⁹.

1.3. TEOLOGIA CLÁSSICA MODERNA

A teologia trinitária moderna parte das Três Pessoas divinas, Pai-Filho-Espírito Santo. Os Três vivem em eterna pericórese, sendo um no outro, pelo outro, com o outro e para o outro. A unidade trinitária significa a união em virtude da pericórese e da koinonia eterna. Esta união, porque é eterna e infinita, permite falar de um só Deus. O autor opta por esta sem deixar de fazer a experiência do *auditus fidei* para o desenvolvimento do *intellectus fidei*. Parte do dado da fé, a existência do Pai-Filho-Espírito Santo como distintos e em eterna comunhão. Esta opção foi também originada porque possibilita a melhor compreensão do ser humano, “imagem e semelhança do criador”, originado para viver em comunidade como processo de comunicação, de comunhão e de

⁹ Cf. TOMÁS DE AQUINO, Suma Teológica I, questão XXX – XXXII: Sobre a Santíssima Trindade [Tradução de Alexandre Correa]. Poro Alegre: Grafosul, 1980, p.288.

união total pela interpenetração de uns com os outros (pericórese). Esta interpenetração reforça a utopia da igualdade nas comunidades eclesiais e nas comunidades religiosas consagradas, possibilitando a edificação de uma economia com coração. O concílio de Florença¹⁰ expressou a teologia dogmática moderna.

2. A COMUNIDADE UTÓPICA E A CONFIGURAÇÃO DA PERICÓRESE TRINITÁRIA

A partir da Galiléia - enquanto ambiente teológico - Jesus, o Cristo itinerante, instituiu com seus discípulos uma forma de vida comunitária¹¹ que não era nada novo para os hebreus de seu tempo; a mesma utopia foi acolhida pela igreja primitiva e, no decorrer dos séculos, também foi assumida por seguidores diversos, buscando atingir a imagem e semelhança da utopia da notícia boa da Igreja primitiva: "*se queres ser perfeito, vá, vende o que tens, entregue aos pobres... depois vem e segue-me*" (Mt 19,21), principalmente após a consolidação do Concílio de Jâmnia¹² - provavelmente em 65 d.C. - e os resquícios deixados pela guerra judaica (70 d.C.)¹³.

Compreende-se hoje a dificuldade de viver a voluntária pobreza, assim como a perfeita comunhão existente na própria Trindade. Pressupõe uma disposição interior dos discípulos que a almejam. Em todo caso, a atuação na vida comunitária é sempre louvável quando se almeja o modelo de comunhão existente na Trindade. Logicamente, para que se viva a vida comum sem nada de próprio, não é estritamente necessário que haja coabitação, como sucedeu

¹⁰ Cf. DS 1331.

¹¹ A seita de Qumrã tinha governo comunitário muito parecido com o que descreve At 6 e At 15: havia um conselho formado por doze homens e três sacerdotes que formavam um organismo mais elevado no âmbito da assembléia. Os paralelos entre a **Assembléia de Qumrã** e a **Multidão dos Cristãos de Jerusalém** são evidentes. Cf. BERGER, K. *Qumrã e Jesus: uma verdade escondida?* Petrópolis: Vozes, 1995, p.63.

¹² Jâmnia é o nome grego de Yavneel ou Yavne, na região fronteira entre Judá e Dã. Na revolta dos Macabeus (1Mc 4,15;5,58;2Mc 12,8). Nessa cidade a escola farisaica com seus sábios encontrou refúgio depois da queda de Jerusalém, em 70 dC. Vespasiano e Tito permitiram que ali se restabelecesse um Sinédrio, cujas decisões tinham autoridade no judaísmo. A sinagoga passou a substituir o templo e o cânon hebraico começou a ser fixado. Em Jâmnia os cristãos foram oficialmente expulsos do cotidiano sinagoga. METZGER, M. *História de Israel*. São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 202-203.

¹³ Ibidem p. 199.

também nas primeiras comunidades da Igreja primitiva aonde tinha sido impossível para grande número de fiéis; onde a eclesia ou reunião eucarística com o ágape fraterno era o lugar da comunidade, de modo elevado, porém encontravam, sem exceções, todos os outros requisitos necessários para uma possível vida comum sem nada de próprio.

A partir do século II, é possível comprovar e contemplar a coabitação de cristãos em um modo mais estável, originando, a partir de confrontos com o império romano uma história da vida comunitária sem nada de próprio.

No entanto, essa vida em comunidade surge por necessidade, principalmente pelos prosélitos e cristãos fugitivos e refugiados devido a perseguição romana.

Na época do imperador Adriano (117-138 dC) houve uma última revolta dos judeus contra Roma. Em 130/131, Adriano empreendeu uma viagem para o oriente, incluindo também a Palestina no roteiro. Cassius Dio nos informa que, no decorrer dessa, o imperador ordenara a reconstrução do Templo de Jerusalém, planejando construir um santuário a Júpiter no mesmo lugar. Cassius viu nesse fato a origem da revolta de Bar-kochba contra os romanos. Escritores cristãos nos informam que o Rabino Aquiba qualificou o líder revolucionário como sendo a pessoa em quem se cumpria a promessa messiânica, que se entevia no livro dos Números 24,17.

Os rebeldes conseguiram conquistar Jerusalém. Acreditava-se que uma nova era se irrompia. Os romanos, no entanto, entraram em cena quando Adriano encarregou o marechal Julio Severo para acabar com a rebelião. No decorrer da rebelião, toda a Judéia foi devastada. Os rebeldes que permaneceram vivos passaram a viver enquanto refugiados fora de Jerusalém ou eram vendidos como escravos no santuário de Abraão, em Manré, em Gaza.¹⁴

Dessa perseguição, resultou a origem de comunidades judaico-cristãs distantes de Jerusalém. Era um novo exílio que fecundava a história do judaísmo, porém, a esperança permanecia. Esses judeu-cristãos em busca de dias melhores num futuro próximo mantiveram-se ligados às sinagogas e, a exemplo de Paulo, a princípio sofreram punições, sendo finalmente expulsos das mesmas para constituir o que denominamos comunidade cristã pericorética

¹⁴ Cf. METZGER, M. *História de Israel*. São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 205-211.

que almejava uma economia sem nada de próprio.

Ao comprovar a realidade histórica da comunhão de bens na história, tão pouco poderá deduzir a existência certa da vida comunitária na mesma proporção daquela que podemos contemplar na *pericórese*¹⁵ existente na Trindade, a qual Agostinho traduz por *relatio*.¹⁶

3. TRINDADE, TRADIÇÃO E PERICÓRESE

Karl Rahner fazendo referência ao vocabulário utilizado na Teologia Sistemática à Trindade, ratifica que as expressões clássicas e suas formulações catequéticas são quase ininteligíveis¹⁷. Todavia, a Tradição cristã, ao combater o monarquismo, o patripassionismo, o sabelianismo e o arianismo, afirmou a consubstancialidade na Trindade¹⁸. O Concílio de Toledo (675) expressava:

*"(...) Não se deve pensar que as Três Pessoas sejam separáveis, pois não se há de crer que existiu ou atuou uma antes da outra, ou depois da outra, ou sem a outra, porquanto são inseparáveis tanto no que são quanto no que fazem".*¹⁹

O Concílio de Florença (1441) daí deriva acertadamente que "o Pai está todo no Filho, todo no Espírito Santo; o Filho está todo no Pai e todo no Espírito Santo; o Espírito Santo está todo no Pai e todo no Filho"²⁰.

"(...) O Pai está no Filho, pois Dele traz sua origem o Filho; o Filho está no Pai, porque, como Filho, não procede de nenhum outro; o unigênito está no

ingênito, porque, pelo ingênito, existe o engendrado. E assim se relacionam entre si, pois como tudo está completo no Pai ingênito, assim também tudo está completo no Filho unigênito..." Mas de suma importância foi a contribuição dos padres capadócijs - Basílio de Cesaréia, Gregório de Nissa e Gregório Nazianzeno – preservando a unidade divina na sua origem a partir do Pai, do qual o Filho e Espírito Santo têm parte sem diferença essencial, ou seja, homousios na koinonia do ser divino.²¹

Em outras palavras, é possível tentar narrar experiências do mistério pericorético existente na Santíssima Trindade, resgatando o modelo econômico da vida comunitária sem nada de próprio tendo como fonte inspiradora a própria Trindade. E daí, partir para falar da possibilidade de uma vida comunitária sem nada de próprio enquanto economia e desafio para a vida religiosa consagrada na pós-modernidade.

O Concílio Vaticano II faz o convite aos consagrados para voltar às fontes²², levar a cabo a renovação e a reafirmação da vida comunitária sem nada de próprio: eis aqui a necessidade de resgatar a história dessa estrutura econômica, além da possibilidade de inserção daqueles que assumem a vida religiosa consagrada em tempos de adoração do capital e da propriedade privada. Por outro lado, exige-se para toda atividade humana que queira se referir ao justo valor de sua origem, o ambiente e as circunstâncias em que ela nasceu, se desenvolveu e produziu efeitos diversos.

3.1. COMPREENDENDO MELHOR O TERMO PERICÓRESE

A partir de João Damasceno, falecido em 750, o termo grego perikoresiv (pericóresis e ou girar ao redor) é utilizado para designar a comunhão ou a

¹⁵ Cf. SILVA, M F. Sobre o termo pericórese. In: *Revista de Cultura Teológica*, nº 14, São Paulo, 1996, p. 38.

¹⁶ Cf. AGOSTINHO, Santo, bispo de Hipona, 354-430 dC, *A Trindade* [Tradução do original latino e introdução de Augustinho Belmonte]. 1994, São Paulo: Paulus, 1994, V, 11-12 e VII, 6, 11.

¹⁷ Cf. RAHNER, K. *Curso fundamental da fé*. 1989, p. 166.

¹⁸ Cf. FRANGIOTTI, R. *História das heresias (Século I - VIII). Conflitos ideológicos dentro do cristianismo*. 1995, p. 45 - 54.

¹⁹ Cf. DS 531.

²⁰ Cf. DS 1331.

²¹ Cf. WERBICK, J. Doutrina da Trindade: in SCHNEIDER, Theodor, *Manual de Dogmática*. 2001, Petrópolis: Vozes, p. 443 - 444.

²² Cf. *Perfectae Caritatis*, 2.

recíproca efusão de amor entre os três eternos amantes. No latim foi traduzido por *circuminsesseio* (de *circum*, equivalente a “em redor” e ou “estar sobre ou dentro” e ou *coabitação*) ou *circumincessio* (*incidire* e ou *avançar*). A palavra quer designar a grande verdade da Trindade, fazendo a ligação entre a unidade e a Trindade, isto é, a comunhão. Há uma circulação total da vida e uma co-igualdade perfeita entre as Pessoas, sem qualquer superioridade de uma à outra. Tudo é comunitário e comunicado entre si, menos o que é impossível de comunicar: o que as distingue uma das outras. O Pai está todo no Filho e no Espírito Santo e o Espírito Santo está todo no Pai e no Filho. Daqui derivamos a utopia da igualdade, respeitadas as diferenças, da comunhão plena e das relações justas para a sociedade e a história.²³

A pericórese pressupõe absoluta paridade ontológica entre as Três Pessoas Divinas, mas diz mais ao dirigir a atenção para doação recíproca do Pai-Filho-Espírito Santo se fazem de todo o próprio Ser. A pericórese afirma a completa efusão do próprio Ser e coloca em circulação total daquilo que possui cada uma das Pessoas. “Eu e o Pai somos um ...” (Cf. Jo, 10,30) e todos sejam um, como Tu Pai estás em mim e eu em Ti... (Cf. Jo 17,21).

Esta doação total do Pai ao Filho e do Espírito Santo com retorno completo do dom da doação ao doador se encontra somente no amor enquanto ágape. Por isso, a pericórese não é somente uma realidade na Trindade, a mesma também é possível na realidade humana, criada a imagem, semelhança e para continuar a ser imagem e semelhança do criador (Cf. Gn 1,1s). Tudo é comum e é comunicado entre si, menos aquilo que é impossível de comunicar: o que as distingue uma das outras²⁴. Daqui derivamos a utopia das relações justas para o acontecer de uma economia sem nada de próprio e solidária. Pois Deus é amor (1Jo, 1,1) que transfere sua substância aos seus amados. Além disso, a essência de Deus é o amor no processo eterno, resultando a história trinitária do amor, é a Trindade como história eterna do amor que suscita, assume e permeia a história eterna do mundo, objeto de seu puro amor²⁵.

3.2. RELEITURA DE ATOS 2, 42 – 47: A UTOPIA LUCANA ILUMINADA PELA APOCALÍPTICA

A primitiva comunidade eclesial presente no discurso catequético do autor de Atos dos Apóstolos (At 2,42-47), a partir do exemplo deixado por Jesus de Nazaré, apresenta a utopia da *vida comunitária sem nada de próprio* e a divulgação da mesma em outras culturas²⁶. A primeira comunidade de Atos dos Apóstolos apresenta o discipulado de Jesus – homens e mulheres – colocando em comum os seus bens para que da caixa comum se providenciasse aos pobres, às viúvas e aos órfãos o necessário para a vida. Percebe-se que o autor de Atos dispensa a economia de consumo e a propriedade privada enquanto meio para a realização da felicidade. A comunidade utópica de Atos dos Apóstolos é o modelo lucano às demais comunidades cristãs – que no passado viveram sob a dominação estrangeira imposta pelo “império da besta romana latifundiária” e no presente, às comunidades oprimidas pelo “império da besta americana neoliberal” - e que vão paulatinamente surgindo em consequência da perseguição e exclusão de ontem e de hoje. Seja em Antioquia, Éfeso, Corinto, Roma e ou na América Latina, Ásia e África; são comunidades que ao contemplar o rosto da Trindade a partir da utopia lucana, se apresentaram à história para constituir a vida comunitária sem nada de próprio enquanto peregrinos que caminham na contra-mão da economia sem coração para viver uma economia com coração, ternura e beleza.

Entre essas comunidades podemos distinguir dois modelos: a produtiva e a relacional. Na primeira, mulheres e homens se organizam para criar momentos de protestos e ou projetos de oposição diante dos efeitos da exclusão sócio-econômica. As comunidades eclesiais de base – aquelas que ainda sobrevivem – mostraram que isso é possível e ainda resistem pela fé na vida que brota do coração da Trindade. Na outra, religiosos e ou religiosas se reúnem em torno de um carisma. Esse é o caso da Ordem dos Cônegos Regulares de Santo

²⁶ A análise da obra deixa entrever a existência de comunidades, entendidas como conjuntos de homens e mulheres que assumiram o projeto de Jesus, o Messias crucificado (At 14,27; 15,3; 16,5), que se distinguem uma das outras pelo lugar (At 5,11; 8,1; 11,22; 13,1) em que residem os seus membros e pelos seus responsáveis (At 8,1; 11,22; 13,1). Cf. ALMEIDA, A. J. *O ministério dos presbíteros-episcopos na Igreja do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2001. p.91.

²³ Cf. BOFF, L. *A Trindade, a sociedade e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 121-122.

²⁴ *Ibidem*, p. 121-122.

²⁵ Cf. FORTE, B. *A Trindade como história*. São Paulo: Paulus, 1987, p. 141.

Agostinho do Santíssimo Salvador Lateranense e de tantas outras congregações que – enquanto religiosos – são vocacionados a viver em comunitária sem nada de próprio e distantes do modelo empresarial de vida consagrada que vigora na pós-modernidade.

Tal como emerge a partir da utopia do livro Atos dos Apóstolos 2, 42 – 47, a vida comunitária sem nada de próprio pode ser descrita como convocação do ser humano para a liberdade enquanto vocação, ou seja, um chamado que engloba a resposta pessoal e consciente do próprio humano. O termo convocação traduz o grego *κλήσις*, que designa assembléia daqueles que são livres da estrutura econômica de morte para o encontro com uma economia com coração. Para falar da comunidade cristã que vive sem nada de próprio (At 2,42), o autor do mesmo livro recorre à Sagrada Escritura hebraica, que define a comunidade que nasce da resistência, enquanto princípio da ação libertadora que brota da fé exodal que culmina na Aliança do Sinai. Aqui encontramos fundamentos para uma economia na comunidade, cujo elemento qualificador da mesma é a própria liberdade de sentir-se filho de Deus²⁷ enquanto sinônimo de rompimento e resistência diante da economia imperial dominante²⁸.

A vida da comunidade é a perseverança nessa liberdade. O autor de Atos define tal economia com as expressões: “*eles eram assíduos à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações. Tinham tudo em comum.*” (At 2,42-44). O texto grego ressalta o termo *κοινωνία*, isto é, uma comunidade sem nada de próprio, que rompe com a propriedade e com o consumismo. Esse tema econômico da comunhão fraterna é retomado e desenvolvido no segundo quadro sumário sobre a vida da comunidade de Jerusalém e tantas outras que se opuseram e resistiram diante da pax romana.²⁹ “*A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava como seu o que possuía, mas tudo era comum entre eles*” (At 4,32).

²⁷ Cf. CROATTO, J. *Êxodo: uma hermenêutica da liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1981. p. 52.

²⁸ Cf. SCHWANTES, M. *O Êxodo como evento exemplar*, Estudos Bíblicos. São Paulo: Paulinas, p.15.

²⁹ A Pax romana, em seu aspecto central de exercício de domínio, é vista de maneira tanto sóbria quanto crítica. O autor do Evangelho de Marcos coloca na boca de Jesus a posição da comunidade cristã: “*sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam e os grandes as tiranizam, mas entre vós não será assim...*” (Cf. Mc 10,42-43). A economia das comunidades cristãs era diferente da proposta globalizante do império. Cf. WENGST, K. *Pax Romana: pretensão e realidade*. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 81.

Os libertos da estrutura econômica de morte imposta pela pax romana têm a possibilidade de viver juntos, *numa economia com coração*, realizando assim a utopia lucana reveladora da *pericórese trinitária*. Na esfera operativa, isso se torna partilha comunitária dos bens, resultando em experiências de vida comunitária sem nada de próprio enquanto economia.

Ao estruturar a vida comunitária, a utopia lucana é complementada com uma interessante pericope: “*entre eles não havia indigente algum...*” (At 4, 34-35). Na comunidade não há miséria, nem concentração de capital e exclusão, o pão é repartido conforme a necessidade.³⁰

A distribuição de renda não se identifica com a do império da Besta. Fazendo uso da apocalíptica podemos entender melhor o contexto político-econômico em que surge a vida comunitária cristã sem nada de próprio.

Examinando o passado, podemos dizer que o imperialismo romano, na ótica apocalíptica, era a encarnação de todos os impérios opressores que apareceram: “*vi então uma besta que subia do mar...*” a *besta parecia uma pantera* (símbolo do império persa), *com os pés de urso* (símbolo do império medo), *com boca de leão* (símbolo do império babilônico) e *o dragão entregou para a besta o seu trono* (símbolo da sucessão dos impérios, que engloba o império da águia norte americana). [Cf. Ap 13,1-2].

Essa besta que sobe do mar se identifica também com as caravelas que no Brasil se aportaram e que pelo capital mataram nossa gente e se instalaram. Com a revelação da primeira besta conhecemos o capitalismo. Todavia, mais tarde, no tempo que se chama hoje, “*vi depois uma outra besta sair da terra*” (Ap 13,11). Esta segunda besta define o contexto de Brasil pós-moderno. A segunda besta vem mostrar, em nossos dias, o seu jeito de ser e agir. Ela é um novo sistema – uma economia sem coração – é a encarnação do neoliberalismo. Ela faz com que os habitantes da terra adorem a primeira

³⁰ Esse ideal fora anunciado já no Deuteronômio, onde se diz a respeito dos pobres (Cf. Dt 15,4-11). A promessa relativa ao desaparecimento da miséria cumpre-se graças à escuta da Sagrada Escritura. O que era anúncio e denúncia na tradição deuteronomista, em At 4,34 se torna utopia aos cristãos libertados de uma economia sem coração. Nessa esperança está a negação da visão burguesa da história que sacralizou o sistema de mercado, demonizando todas as esperanças de um mundo novo e melhor. Cf. MO SUNG, J. *Deus numa economia sem coração: pobreza e neoliberalismo, um desafio à evangelização*. São Paulo: Paulus, 1992. p. 112.

besta, o capital. Ela seduz os habitantes da terra, é um autêntico fetiche.

E o que acontece com quem não adorar a besta e não se reverenciar perante sua divinização? Quem mantém firme a profecia e a resistência contra o poder absolutizado que se faz passar por deus, deve estar preparado, pois a besta continua com sua prática. *“Foi permitido a ela guerrear contra os santos e vencer. Recebeu autoridade sobre tribo, povo, língua e nação.”* (Cf. Ap 13,7). E agora o que fazer? A besta domina o mundo inteiro, se globalizou.

A situação é muito crítica! Mas um pequeno grupo não aderiu à estrutura econômica da Besta. Este pequeno resto constituem as comunidades – que caminham na contra-mão do sistema globalizante – que em vez da lógica do mercado - *“consumo, ergo sum”* - fizeram uma opção preferencial pela vida comunitária sem nada de próprio.

4. BRASIL PÓS-MODERNO E PROFETISMO A PARTIR DA PAIXÃO PELA TRINDADE

Na Segunda metade do século XX, o Brasil se aventurou de modo crônico em tentativas de reformas, que em geral acabaram sendo utópicas pela rapidez da evolução, as expectativas irrealistas, os contrastes entre demagogas ditaduras sustentadas por forças militares e planos econômicos diversos, por sua vez fundamentadas numa “doutrina de segurança nacional” (ou seja, num anticomunismo radical que estava a serviço dos interesses do modelo capitalista norte-americano). O Brasil começa dar passos lentos para tentar deixar de ser colônia e terra de missão para saborear a liberdade moderna que não resolveu os problemas dos empobrecidos. Pelo contrário, iludiu e os jogou na lama de um país pós-moderno.

O grande fenômeno da urbanização, o desenvolvimento das multinacionais nas grandes cidades, reformas agrárias improvisadas a partir das classes dominantes, exploração unilateral dos recursos naturais, foram os frutos da modernidade. No entanto, nada resolveu, nada favoreceu aos empobrecidos, pois havia grandes interesses do capital estrangeiro e falta de vontade política. Emergiam gritantes contradições: grande predomínio de uma concentração da riqueza agrária e industrial nas mãos de poucos, decididos a defender com “unhas e calibre doze” os próprios privilégios. De fato, se nos detivermos um pouco na análise das raízes históricas e das implicações sociais e políticas

dos problemas de natureza econômica da atualidade, observaremos como são múltiplas as suas causas e como é acelerada e, em alguns casos, incontrolláveis a propagação dos seus efeitos³¹. A nova ordem estava estabelecida. Os empobrecidos tornaram-se excluídos, foram expulsos do mercado, nada consomem, tornaram-se o resto da economia. Todavia, do resto veio a resistência. Mas na modernidade os holocaustos são vistos como parte do progresso, os opositores eram eliminados. O fenômeno dos desaparecidos é bem conhecido na Argentina, no Chile, no Brasil e em tantos outros lugares.

De modo exemplar, Frei Tito de Alencar Lima, encarnou todos os horrores do regime ditatorial implantado neste continente sob a tutela da dominação norte-americana. Frei Tito permanecerá como símbolo das atrocidades infindáveis do poder ilimitado, prepotente e arbitrário. Ficará, sobretudo, como exemplo aos que resistem e lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível “morrer do que perder a vida”. Frei Tito foi preso em novembro de 1969. Foi vítima das maiores atrocidades, principalmente entre os dias 17 e 27 de fevereiro de 1970. Seu relato de torturas, redigido na prisão, foi divulgado pela primeira vez no jornal *Publik*, na Alemanha e depois readaptado por Frei Betto em 1982.

“(...) Preso desde novembro de 1969, eu já havia sido torturado no DOPS. Ao chegar à OBAN fui conduzido à sala de interrogatórios. O assunto era o Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu confessasse. Pouco depois, levaram-me para o pau-de-arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos nos tendões e na cabeça. Eram seis torturadores. Davam-me tapas nos ouvidos e berravam improperios. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado por hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado carregou-me até a cela, onde fiquei sozinho. Era

³¹ Cf. ROSSETI, J. P. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 1980. p. 40 – 53.

uma cela de 3 X 2,5m, cheia de pulgas, ratos e baratas. Terrível mal cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento úmido, frio e sujo. Na quarta-feira, fui acordado às 8 horas e conduzido à sala de interrogatórios... na quinta-feira, três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios e lá fiquei por 10 horas... uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a descarga elétrica para 220 volts a fim de que eu falasse antes de morrer.³²

A hierarquia do clero não estava no conjunto, preparada para dar uma resposta oportuna a essa problemática, enquanto o laicato enriquecido e burguês, que poderia dar uma ajuda mais eficaz, nem sempre evitava programas eufóricos (No campo religioso, a escassez de um clero profético, os mártires entraram em extinção, mas principalmente a partir do pontificado de João Paulo II.)

No entanto, não faltaram vozes proféticas, como as de Dom Helder Câmara, bispo de Recife, Dom Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Felix do Araguaia e Dom Paulo Evaristo Arns, bispo de São Paulo. Mas os principais agentes da resistência estavam distantes das catedrais e muito bem presentes nas pequenas comunidades.

Estas pequenas comunidades surgiram nos anos 50, por impulso do Espírito Santo e por aqueles que, no contexto estavam abertos aos clamores da Ruah, Dom da Trindade. Esse fenômeno ocorreu posterior a efervescência representada pelas várias pastorais sociais. Os leigos foram chamados a assumir responsabilidades adquiridas no batismo. Com a iniciativa do alto clero, surgiram as denominadas Comunidades Eclesiais de Base. Embora não fosse essa a intenção da hierarquia; mas pelo ardente desejo do Espírito Santo que também aqui pairou, de fato se elaborou, no mais profundo mistério do amor da Trindade, uma Igreja de comunhão-participação, popular em suas expressões e

³² Cf. BETTO, F. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982, p. 227-240.

profundamente evangélica em seu espírito. Era um novo jeito de ser igreja, que nascia da base e “na Bíblia bem aberta encontraram a luz certa” para denunciar e resistir diante da dominação estrangeira e o poder dominante nacional. Em meio a este contexto começou a surgir um novo Brasil, um país pós-moderno.

5. CONSAGRADOS PARA DEUS E EMPRESÁRIOS PARA O MUNDO?

Oficialmente, colégios, hospitais e editoras de religiosos consagrados pela pobreza, obediência e castidade se desenvolveram demasiadamente. No início era obra social ou assistencialismo, posteriormente, veio a empresa.

Também a partir de 1950, seguindo o exemplo das multinacionais, comunidades de Vida Consagrada, por cegueira ou troca de mística, passaram a seguir os passos das demais empresas do mercado.

Destarte, por todos os cantos do Brasil surgiram as denominadas Entidades Filantrópicas³³ regidas pela Lei Federal 91/35 e regulamentada Lei

³³ A Lei 3.577 de 04 de julho de 1959 foi revogada pelo Decreto – Lei 1.572 de 01 de Setembro de 1977. Atualmente a questão da Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é regida pela Lei Orgânica de Assistência Social 9.732 de 11 de dezembro de 1998. A imunidade tributária está prevista pela Lei Federal 5.172 de 25 de outubro de 1966 que instituiu o Código Tributário Nacional nos artigos 9º - 15º. Cf. MACHADO, H. B. *Comentários ao Código Tributário Nacional - v1 em 2 (Artigos 1.º a 95)*. São Paulo: Atlas, 2003. Com a Lei 3.577 de 04 de julho de 1959, as entidades de fins filantrópicos (Esta nomenclatura foi revogada: de Entidade de fins filantrópicos passou para Entidade beneficente de assistência social. Cf. Medida Provisória 2.129 de 23 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2001), reconhecidas como de utilidade pública, cujos diretores não recebiam remuneração passaram a ter isenções previdenciárias. Com isso, as empresas que conseguiram o Certificado de Entidade Beneficente de Utilidade Pública passariam a adotar a prática de “Robin Wood”, isto é, tirar dos ricos e dar aos empobrecidos. Assim, 20% da arrecadação total da empresa deveria ser destinada aos empobrecidos. Cf. LOAS 8.742 de 07 de dezembro de 1993 do Conselho Nacional de Assistência Social, artigo 3º, VI. Com isso, muitos Seminários Religiosos passaram a ser beneficiados com doações das Entidades Filantrópicas. Cabe lembrar que atualmente as Entidades Filantrópicas são convocadas a fazer assistência social, ou seja, prestar serviços úteis e com frequência a necessidades vitais das pessoas que carecem das mesmas. Por exemplo: uma entidade que oferece programas culturais de alto nível dá a pessoa que não pode pagar uma oportunidade valiosa, mas isso não caracteriza gesto filantrópico, pois não caracteriza uma necessidade básica e vital da pessoa. Cf. LEITE, B. C. *Filantropia e Assistência Social*, *Revista de Previdência Social*, nº 199/533, Brasília, 2000.

Federal 3577 de 1959 com a finalidade de fugir da carga tributária imposta pelo governo brasileiro, tornaram-se potências econômicas.

Assim se originou uma empresa paralela à Vida Consagrada. De um lado os consagrados para Deus e de outro os empresários para o mundo. No mesmo caminho em direção ao calvário econômico, Vida Consagrada e Vida Empresarial tornam-se parceiras.

A legislação pioneira, a Lei Federal 91/35, já dispunha que as sociedades ou associações beneficentes deveriam servir desinteressadamente à coletividade, para serem declaradas de utilidade pública. Neste sentido, encontramos a Lei 8.742/93 (Lei orgânica de assistência social do Conselho nacional de assistência social), que exprime a finalidade não lucrativa. Igual tratamento foi dado para as Entidades, na Lei Federal 8.212/91, que cuida do custeio da seguridade social. A recente legislação das Organizações Sociais, também enfoca com primazia, o requisito da ausência de fins lucrativos, para receber o reconhecimento do Poder Executivo como organização social.

Destarte, as Entidades não estão vedadas de produzir lucro, pois sem ele, certamente deixariam de existir e sobreviver. A expressão do vocábulo lucro, por si só, expressaria "vantagem, interesse, proveito", mas a bem da verdade, na administração moderna, o lucro nada mais é do que o resultado da equação, *receita menos despesa*, e a simples aritmética traduz sua existência ou inexistência.

³⁴ Números oficiais mostram que os incentivos já concedidos pelo governo federal às instituições privadas filantrópicas envolvidas no mercado universitário da educação, seriam suficientes para dobrar o número de alunos nas universidades federais. Beneficiadas com a isenção fiscal, as filantrópicas consomem atualmente R\$ 839,7 milhões ao ano. É dinheiro que o Estado deixa de arrecadar e aplicar às escolas públicas e no Instituto Nacional de Seguro Social (É dinheiro tirado dos empobrecidos!). Estudo realizado pelo próprio Ministério da Educação indica que são necessários R\$ 800 milhões para criar cerca de 520 mil vagas nas universidades públicas. Cf. Ministério da Educação e Cultura in: *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 12 de abril de 2004, p. C 1. O estudo mencionado envolveu somente o ensino superior, reservado a minoria do povo brasileiro. Quanto será que as instituições filantrópicas envolvidas no mercado da educação básica, no mercado da saúde e no mercado editorial, tiram dos cofres do Estado? O número parece ser infinito, porém, fica uma outra questão: Que ética é utilizada para acolher o certificado de entidade filantrópica e ou "filantrópica" num país onde não é possível fixar um salário mínimo acima de 100 dólares? Caso contrário, o caos na economia seria inevitável, devido aos 11 milhões de aposentados dependentes da Previdência Social.

6. FILANTROPIA OU "PILANTROPIA"?

A Entidade Filantrópica é uma empresa³⁴, com personalidade jurídica, pois foi constituída com regularidade, possui sócios, possui propósitos, possui até mesmo empregados, e mais, possui capital, e está prevista no art. 16 do Código Civil do Brasil. Como toda empresa, há sempre objetivos. Uns de natureza lucrativa, outros de natureza não lucrativa, mas sempre há algum propósito.

O art. 150, VI, c; e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, agraciam as Entidades Filantrópicas e lhes ofertam a isenção do pagamento das contribuições³⁵. Ocorre que a Lei 9.732/98 impôs condição às Entidades, que é: "assumir o papel do Estado – compulsoriamente", isto é, quem não servir ao desprovido (Cf Mt 25,31-46) dentro de um limite mínimo, não poderá gozar das benesses fiscais.

Todavia, para a classe religiosa, imprimir o conceito empresarial, parece contrário e utópico aos seus propósitos, pois a sua formação é de equacionar os problemas oriundos, de forma fraternal, com irmandade, sem malícia, com pureza, e elege o Sagrado como condutor de suas ações. Todavia, mesmo sem desejo, executa e desenvolve uma estrutura empresarial exemplar.

Diz a Constituição Federal:

1) "art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado..." ;

2) "art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas como recursos do orçamento da seguridade social,";

3) "art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado...";

4) "art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes

³⁵ SILVA, J. A. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 699.

³⁶ *Ibidem*, p. 808-825.

da cultura nacional, ...³⁶

Assim, as Entidades Filantrópicas, vinculadas à Vida Consagrada, mantenedoras de opulentos colégios, hospitais e editoras representam tão somente o complemento do Estado ou fazem parte dele, não gozando de personalidade própria, apesar da vinculação com o mesmo, por receber subsídios para manter-se, de forma direta através das eventuais subvenções, ou indiretas através das benesses fiscais.

Diz também a Constituição Federal no art. 170, § Único:

"(...) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei." Tal previsão condiciona a concluir e afirmar sem titubear, que a Entidade Filantrópica é uma extensão do Estado, não um complemento".

Quando há dever, há obrigação, há força legal para exigir o seu papel, e assim sendo, as Entidades Filantrópicas precisam mostrar-se, não como antagônicas ao Estado, nem tão pouco como complacentes de sua equivocada ação, mas sim posturar-se na briga dos direitos daqueles que estão representando, que são os desprovidos e que estão à margem de uma economia sem coração ou renunciar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, entregando aos cofres públicos os impostos, fonte do Estado para revitalizar o seu povo. E para que isso ocorra de fato, o profetismo dos religiosos consagrados será fundamental para que cada centavo entregue aos cofres públicos sejam revertidos em Educação, Saúde e Paz social aos empobrecidos. E se acontecer de um religioso consagrado aos conselhos evangélicos - pobreza, obediência e castidade – se sentar a mesa dos enriquecidos, será para falar sem meias palavras que os bens acumulados na história pertence aos pobres, pois na *"Pátria amada idolatrada Brasil"* só existe duas maneiras de enriquecimento: herança ou roubo!

³⁷ Cf. FERNANDES, L. *Como se faz uma comunidade eclesial de base*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 11 – 16.

7. CATEQUESE AOS CONSAGRADOS

Nas quatro instâncias constitutivas da Igreja, enquanto grandeza teológica, as CEBs³⁷ trouxeram contribuições notáveis: à palavra (apropriação pelos leigos do comentário bíblico e da reflexão), à celebração (criação de novos ritos e reintegração dos ritos tradicionais), ao ministério (surgimento de vasta gama de serviços, mistérios laicais e carismas); por fim à missão (com a criação de outras comunidades e inserção na realidade local, social, econômica e política de forma transformadora).

Inegavelmente esse novo modo de ser Igreja representa ainda uma distribuição distinta do poder religioso, produz muitos bens simbólicos e elabora um consenso eclesial diferente daquele da Igreja hierárquica. Ele vem baseado na comunidade, no pão dividido pela metade, na pedagogia de baixo para cima, na rotatividade das funções, na centralidade do pobre e do empobrecido, de sua libertação e na importância do projeto de Jesus de Nazaré na vida daqueles que optaram de maneira preferencial pelo cristianismo. Assim, as CEBs já concretizaram o que sempre foi idealizado pelas infinitas ordens e congregações de vida religiosa consagrada.

As CEBs romperam com a lógica do *"consumo, ergo sum"*, assumiram a práxis de Francisco de Assis, Agostinho de Hipona, Bento de Núrsia e de tantos outros idealizadores de ordens religiosas. No entanto, podemos fazer uma consideração pertinente: os fundadores de ordens religiosas optaram pela pobreza porque tinham alternativas, entre o dinheiro e a pobreza, optaram pela segunda por *sequella Christi*. Encontraram na atitude de ser pobre, um meio de romper com a economia de consumo para caminhar rumo à santificação. Nas CEBs os empobrecidos diante da crise de alternativas, assumiram a identidade de empobrecidos e a partir da margem socio-econômica iniciaram o processo de libertação e salvação, se aproximando da vida comunitária com sabor de pericórese.

Apesar de certas contradições e dependências do velho modelo, não se pode negar a novidade eclesiológica pericorética adotada pelo novo modelo de Igreja presente no Brasil empobrecido. Este modelo conseguiu atrair para si parcelas importantes do cristianismo hierárquico. Estas comunidades realizaram muitos milagres. Conseguiram fazer religiosos e demais "cegos" enxergarem a

realidade que exclui, oprime e mata (cf. Mt 20,29). Com a visão adquirida a partir dos pobres tão presentes nas comunidades de base, muitos religiosos consagrados e membros do clero passaram a enxergar e a presenciar o milagre do “pão multiplicado” e partilhado (cf. Jo 1,s). Assumindo a ética do projeto de Jesus, as comunidades conseguiram desmascarar a idolatria, o mau uso do sagrado na história deste país e o falso poder através da denúncia e da resistência.

Concretamente, foi decisivo na formulação da opção preferencial de toda a Igreja pelos empobrecidos, contra sua pobreza e em prol de sua libertação, marca registrada do novo cristianismo latino-americano. A teologia da libertação, não se entenderia sem a existência prévia de uma Igreja na base, entre os empobrecidos e marginalizados, com sua prática libertadora.

A partir dos anos 60, por todos os cantos do Brasil irromperam movimentos organizados pelos empobrecidos. Eles já não aceitavam pacificamente os níveis de miséria a que estavam condenados. Começavam a se dar conta do caráter perverso do desenvolvimento, construído à custa de seu empobrecimento. Buscavam um caminho de libertação, uma sociedade diferente, onde os oprimidos conscientizados e organizados fossem os principais sujeitos da transformação necessária.

Junto desses movimentos estavam muitos cristãos. Eles se associaram ao projeto político de uma sociedade democrática, participativa, igualitária, de uma economia inclusiva e sensível aos valores da pericórese existente na Trindade. Estes cristãos militantes começaram a se perguntar em que medida o Reino de Deus e a salvação se articulavam com suas lutas de salvação-libertação. Concluíram que a salvação integral passa também pela salvação social e econômica. Os círculos bíblicos e as comunidades aprofundavam essas convicções, bem como iam dando expressão religiosa às conquistas no sindicato, no campo e no partido popular.

CONCLUSÃO

As CEBs tornaram-se o núcleo onde se faz a experiência de viver em comunidade, tendo tudo no plural – nada é meu, tudo é nosso - e continuar na história a imagem e semelhança pericorética do Pai-Filho-Espírito. É onde se faz o encontro da fé e da vida, como experiência e missão. As CEBs não

são filiais da Igreja paroquial, mas algo que permanece original, com características próprias, específicas. A paróquia será então uma confederação de CEBs, como serviço para a intercomunhão delas e sua comunhão plena na Igreja particular e com esta na sociedade e na “aldeia global”.

Assim, as *comunidades não consagradas da base* catequizam as *comunidades religiosas consagradas extra base*. E após este processo catequético, a Vida Consagrada poderá assumir a diaconia de Jesus, o Cristo de Deus, se colocando a serviço de todos, amando a todos, mas de maneira preferencial os que estão à margem da economia, para a realização vocacional dos filhos de Deus, irmãos entre eles e construtores de uma economia pericorética e solidária.

Prof. Ms. Célio Ribeiro

Mestre em Teologia Sistemática e Profº de História e Tradições religiosas na Universidade Regional de Blumenau. e-mail: celio@furb.br

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Santo, bispo de Hipona, 354-430 dC. *A Trindade* [Tradução do original latino e introdução de Augustinho Belmonte]. São Paulo: Paulus, 1994.
- BERGER, K. *Qumrã e Jesus: uma verdade escondida?* Petrópolis: Vozes, 1995.
- BETTO, F. *Batismo de Sangue* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982
- DENZINGER, H. SCHÖNMETZGER, A. *Enchiridion symbolorum et declarationem de rebus fidei et morum*. 38 ed. Bologna: EDB, 2001.
- LEITE, B. C. Filantropia e Assistência Social, *Revista de Previdência Social*, nº 199/533, Brasília, 2000.
- RAHNER, K. *Curso fundamental da fé*. 1989.
- SCHWANTES, M. *O Êxodo como evento exemplar*, Estudos Bíblicos. São Paulo: Paulinas, 1992.
- SILVA, M F. Sobre o termo pericórese. In: *Revista de Cultura Teológica*, nº 14, São Paulo, 1996.
- TOMÁS DE AQUINO, Suma Teológica I, questão XXX – XXXII: Sobre a Santíssima Trindade [Tradução de Alexandre Correa]. Poro Alegre: Grafosul, 1980.
- WERBICK, J. Doutrina da Trindade: in SCHNEIDER, Theodor, *Manual de Dogmática*. 2001, Petrópolis: Vozes.